

AS CAUSAS DA REVOLUÇÃO FRANCESA: COMO AS INSTITUIÇÕES E OS COSTUMES DO REGIME MONARQUICO DA FRANÇA LEVANTARAM A REVOLTA.

The Causes of the French Revolution: how the institutions and the customs of Monarchy Regime influence the revolt.

Resenha do livro de TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Trad. Yvonne Jean. 4. ed. Brasília: UNB, 1997.

*Fernanda Maria Vieira Ribeiro*¹

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar a obra *O Antigo Regime e a Revolução*, de Alexis de Tocqueville, visando uma análise das causas que influenciaram o povo francês na revolta contra as imposições e contrariedades do Regime Monárquico na França do século XVIII. Ressalta-se a importância da análise de um dos autores considerado um clássico da sociologia. A Revolução Francesa foi um marco inicial da era moderna, ocorrido em 1789. Destarte a relevância dessa temática para compreendermos o surgimento de instituições políticas baseadas na democracia em um dos países centrais da Europa, tanto política como economicamente.

Palavras-chave: Revolução Francesa, regime político, monarquia, instituições e centralização política.

ABSTRACT: This paper has as main objective to present the work *L'Ancien Régime et la Révolution* by Alexis of Tocqueville, through analysing of the causes that influence the French people revolt against the Monarchy Regime and its command and arbitrariness in the 18th century France. It becomes necessary to point the importance of the analysis by one of the authors considered as a classical one of the Sociology. The French Revolution was an initial remarkable deed in modern age that occurred in 1789. Such as matter becomes important in order to understand the emergence of the political institutions based on the democracy in a european central country in a political and economical perspective.

¹Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú; pesquisadora do Grupo de Estudos “Educação, Cultura e Sociedade”, vinculado ao curso de Ciências Sociais da UVA e ao Diretório de Pesquisas do CNPQ; Bolsista do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica – PIBIC/FUNCAP/UVA. Email: fernanda_ueva@hotmail.com

Key-words: French Revolution, politics, monarchy, institutions and political centralization.

Resenha

O Antigo Regime e a Revolução (*L'Ancien Régime et la Révolution*), do autor Alexis de Tocqueville, foi publicado em 1856, tendo como enfoque a análise das causas e forças que levaram à Revolução Francesa, advinda do enfraquecimento das instituições monárquicas e da centralização e uniformização administrativa e política da época.

Tocqueville rompe com a tradição da história-relato, fazendo uma análise de problemas relacionados (causas da revolução), construindo uma explicação e interpretação dos fatos. Utiliza fontes primárias manuscritas ou impressas em seus estudos, estruturando a obra numa ordem cronológica, dando uma maior coerência lógica na análise. Tocqueville, além de historiador, pode ser considerado um sociólogo, cientista político, filósofo e moralista. Apesar de sua sabedoria e profundo conhecimento dos problemas humanos de sua época, Raymond Aron (em seu livro *As Etapas do Pensamento Sociológico*) foi um dos poucos que o considerou um dos clássicos modernos da sociologia.

A obra está dividida em três grandes partes. A primeira define a significação histórica da Revolução, destacando seu caráter expansionista, apaixonado, propagandista e proselitista; a segunda parte traz a análise das causas mais antigas e gerais da revolução, que são, em resumo, a centralização política e administrativa do regime monárquico, a desintegração da sociedade, a falta de liberdade política e a uniformidade e separação das classes privilegiadas, burguesia e nobreza; a terceira parte vai trazer as causas particulares e mais recentes da Revolução, além da crítica ao papel dos intelectuais no acontecimento revolucionário. Um dos objetivos fundamentais da Obra é analisar a continuidade e a ruptura entre o Antigo Regime e a Revolução, como grande parte das instituições e princípios políticos do Antigo Regime se levantou em meio à devastação e se impôs novamente à sociedade francesa. Segundo o próprio autor:

“Propus-me a penetrar no cerne deste antigo regime, ainda tão próximo em anos, embora oculto pela Revolução. [...] a revolução teve duas fases bem distintas: a primeira, durante a qual os franceses parecem abolir tudo o que pertenceu ao passado; e a segunda, onde nele vão retomar uma parte do que nele deixaram. Há um grande número de leis e hábitos políticos do antigo regime que desapareceram assim,

repentinamente, em 1789, e que aparecem novamente alguns anos mais tarde [...].” (págs. 43-44)

Tocqueville destaca a imprevisibilidade da Revolução. Revolução que chega esmagadora e destruidora das instituições políticas e civis, modificando leis, costumes e crenças, expandindo-se rapidamente, quebrando coroas, derrubando barreiras e esmagando povos. Tocqueville acredita que o sentimento de amor à liberdade e à igualdade que fomentou a Revolução Francesa, no intuito de fundar instituições democráticas e livres, de consagrar direitos, de dar liberdade política, tempos de juventude e entusiasmo, se transformou em um governo despótico e ilusório, muito mais forte e absoluto do que aquele que a Revolução destruiu, concentrando poderes, suprimindo liberdades, utilizando termos como “soberania do povo” na intenção de iludir a sociedade, dando o direito a sufrágio a eleitores que não podem opinar, nem indagar, nem discutir.

A Obra, em sua totalidade, está intrinsecamente ligada ao posicionamento político do autor. A Revolução Francesa marcou sua família. Seus pais, assim como outros parentes, foram presos em 1793. Seu avô por parte de mãe, um aristocrata liberal, foi morto na guilhotina. Tocqueville assistiu à restauração da monarquia com Luís XVIII (1815) e, depois, com Carlos X, a quem seu pai serviu. Foi parlamentar e se tornou um aristocrata liberal, como seu avô.

A Revolução Francesa refletiu na vida do autor o receio das conseqüências dos atos da revolução em sua vida pessoal e familiar, ficando temeroso com o destino dos aristocratas num regime democrático. Como um aristocrata liberal, acreditava que o processo para se chegar à liberdade política deveria ser feito lento e gradualmente, criticando a Revolução em seu caráter violento e opressor.

No seu primeiro livro *A Democracia na América*, publicado em 1835, Tocqueville traz uma análise sobre as instituições democráticas dos EUA. Em 1840, lança o segundo volume de *A Democracia na América*, descrevendo a democracia norte-americana não apenas como um regime político, mas como um estado social caracterizado por costumes, estilo de pensamento, hábitos e uma forma das pessoas se relacionarem consigo e com os outros, que ele chamou de "individualismo".

Baseando-se na análise sobre as instituições e costumes democráticos da América, Tocqueville compara os dois regimes (o instaurado na América e o que se constitui na França após a Revolução), tentando buscar respostas para os problemas políticos e sociais trazidos pela Revolução. Mas *O Antigo Regime e a Revolução* se

torna antes uma busca agonizante de causas que esclarecimentos de conseqüências, “mais um ‘antigo regime’ do que uma ‘revolução’, mais um ‘antes de 1789’ do que um ‘após 1789’.” (FURET, 1989, p. 147).

Na primeira parte da obra, Tocqueville faz a analogia de como a Revolução Francesa foi uma revolução política que se processou à maneira das revoluções religiosas em seus princípios.

“Não somente expande-se para longe mas, também lá, penetra através da pregação e da propaganda. Uma revolução política inspirando o proselitismo! Uma revolução política que se prega com o mesmo ardor e a mesma paixão aos estrangeiros quanto em casa! Que espetáculo inédito!” (p. 59).

A Revolução Francesa foi expansionista, pregou seus ideais por toda a Europa, no intuito de extinguir os laços medievais não somente na França. A Revolução criou prosélitos, se tornou uma doutrina de libertação. Os homens revolucionários criticaram todos os sistemas do antigo regime e seguiram os ideais da revolução. Segundo o autor, a religião foi subjugada, as instituições políticas e civis foram levadas à ruína e a anarquia tomou conta do coração da França ao ver seus costumes e tradições se desfalecerem em meio a valores de liberdade, igualdade e fraternidade.

Muitos autores acreditaram que a Revolução Francesa tinha como objetivo destruir o poder religioso, para enervar o poder político. No *O Antigo Regime e a Revolução*, Tocqueville mostra que o alvo da revolução não era a Igreja, mas os privilégios das castas, classes ou profissões, em busca da soberania do povo, da uniformidade das regras, da “igualdade natural dos homens”. A Igreja acendeu ódios furiosos entre os revolucionários não como doutrina religiosa, mas como instituição política, como possuidora de bens, como poder político e civil, porque ocupava “o lugar mais privilegiado e mais forte nessa velha sociedade que era preciso reduzir às cinzas” (p. 56).

Podemos perceber durante toda a Obra o seu caráter sociológico. Tocqueville não analisa somente as instituições políticas e civis do antigo regime, mas também os espíritos dos homens da época, o que significava o regime monárquico para a França, qual o sentimento que despertava e como esse sentimento os levou à Revolução. Percebemos claramente uma observação desses espíritos humanos quando Tocqueville analisa porque os direitos feudais se tornaram mais odiosos ao povo da França que em qualquer outro lugar e quando caracteriza a desintegração da sociedade pela desigualdade entre suas classes. Descobriu que a Revolução se fez mais forte onde

os direitos feudais tinham se reduzido, de forma que os privilégios ainda existentes se tornavam insuportáveis aos homens que queriam liberdade. As causas desse fenômeno podem ser resumidas em dois aspectos: “por um lado, que o camponês francês tornara-se proprietário de terras e, por outro lado, que escapara por completo ao governo do seu senhor. Existem, sem dúvida, muitas outras coisas, mas acredito que estas sejam as principais” (p. 75). Os impostos que existiam sobre a propriedade de terra era outro fator, os senhores feudais dificultavam seu trabalho, comiam seus produtos, e os “vestidos de preto” (cobradores de impostos) tiravam maior parte da sua colheita, aumentando cada vez mais o ódio dos camponeses com os vestígios dos privilégios feudais e com o governo monárquico que cobrava impostos altíssimos somente aos pobres.

A desintegração social e a uniformização e separação das classes privilegiadas foi um ponto sensível captado por Tocqueville, questão que contribuiu de forma incisiva para a revolta e para o desejo da Revolução. Há alguns séculos, em toda a Europa, a nobreza vinha perdendo sua riqueza, apesar de ainda possuir muitos privilégios. O adoecimento do feudalismo empobreceu a nobreza, e na França, os bens dos nobres eram herdados pelos plebeus, que formam a classe burguesa e que se tornaram tão quanto ou mais ricos que os nobres. Apesar da riqueza obtida pela burguesia, os privilégios da nobreza ainda os faziam “superiores” em relação à classe burguesa, apesar das duas classes serem parecidas: “tinham as mesmas idéias, os mesmos hábitos, os mesmos gostos, escolhiam os mesmos divertimentos, liam os mesmos livros, falavam a mesma linguagem. Só se diferenciavam ainda pelos direitos” (p. 107). Dentre os direitos da nobreza, o que se tornou mais odioso era a isenção de impostos, que não parou de crescer desde o século XV até a Revolução. Esse é um traço, como Tocqueville observou coerentemente, que torna mais nítida e precisa a limitação entre as classes. Quanto mais desigualdade existe entre os valores dos impostos, mais se acentua as distinções entre os homens e a definição entre as classes. Porém, a classe burguesa

“ocupava na sociedade política uma posição mais segura; seu direito de participar ao governo é incontestado; seu papel nas assembleias políticas é sempre considerável e muitas vezes preponderante. As outras classes sentem cada dia a necessidade de contar com ela” (p. 111).

Além da disparidade existente entre a nobreza e a burguesia, o povo era a classe mais estigmatizada na sociedade francesa. Os burgueses se distanciavam cada vez

mais do povo com medo de serem confundidos com uma classe que quase não possuía direitos políticos. E o próprio povo estava dividido em corporações e associações. Tocqueville revela que numa mesma pequena cidade, ele encontrou trinta e seis corpos distintos entre o povo. Como os atos políticos e administrativos estavam restritos apenas a alguns poucos, o povo vivia quase que inteiramente para seus negócios, gerando um individualismo exacerbado que o distanciava da vida pública. A destruição da liberdade política e a separação das classes foram a causa de quase todas as doenças que mataram o antigo regime.

Um dos principais objetivos de Tocqueville na obra *O Antigo Regime e a Revolução* é verificar a continuidade e a ruptura entre o regime monárquico e a Revolução Francesa. Durante todo o estudo, Tocqueville mostra a continuidade de várias instituições e princípios do antigo regime após Revolução, que foram considerados pela maioria dos franceses como instituições criadas pela Revolução. Questões como a distribuição de terras, a centralização administrativa, a tutela administrativa, a justiça administrativa, a estabilidade dos funcionários, entre outros exemplos, foram instituídas ainda durante o regime monárquico, que ressurgiram após a Revolução como novos princípios.

“As instituições do antigo regime, levadas para a nova sociedade em número muito maior do que se imagina, perdiam geralmente seu nome ao serem transferidas, mesmo quando suas formas permaneciam iguais, mas a nova sociedade conservou uma e outra, o que não deixa de ser um fato raro” (p. 80).

A centralização administrativa e política foi uma das mais importantes causas que levou à Revolução, mas não foi um inimigo, muito pelo contrário, ela foi uma alavanca para o governo democrático. Quando um povo começa a destruir em seu seio a aristocracia, o rumo a seguir é a centralização, “então é mais fácil jogá-lo neste declive do que freá-lo. Em seu seio, todos os poderes tendem naturalmente à unidade e é preciso muita arte para separá-los” (p. 94). Esse processo de centralização governamental e administrativo transformou um dos traços característicos do temperamento nacional: a noção de liberdade, antes aristocrática (a defesa de privilégios, em todos os níveis) mudou para uma concepção democrática (a idéia de direito comum substituindo a idéia de privilégios).

Vale ressaltar a influência teórica de Guizot nas obras de Tocqueville. Ambos liberais e historiadores, tendo como metodologia a história-interpretação e como objetivo a ordenação de um passado muito longo: a Revolução Francesa.

“Há, em primeiro lugar, esse cuidado de situar os chamados ‘acontecimentos’ no interior de um sistema simultaneamente temporal e conceitual. Aos seus olhos, e Revolução é somente o coroamento de um processo histórico muito longo, que tem suas raízes na própria formação da sociedade nacional” (FURET, 1989, p. 151).

No plano econômico, a análise tocquevilliana deixa a desejar. O autor permanece superficial nesse âmbito, parece ser uma dimensão da vida que só o interessou pelas suas interferências sociais e intelectuais, nunca como mecanismo de mudança na sociedade. A pequena investigação sobre o progresso econômico da França é reduzida às causas da centralização administrativa e política: os burgueses estavam se concentrando em Paris para se livrar dos altos impostos e pela falta de liberdade política das províncias, levando seus negócios para Paris e tornando-a um centro econômico invejável ao resto da Europa.

Na terceira parte da obra, Tocqueville analisa como os homens de letras tornaram-se os principais homens políticos do país. Diferentemente de países como na Alemanha, onde os intelectuais tinham olhos somente para a filosofia pura e as belas-letras, os intelectuais na França se ocupavam em cuidar dos assuntos políticos e do governo, não na prática do Estado, mas discorrendo sobre os direitos primordiais dos cidadãos e das autoridades, sobre as relações naturais e artificiais dos homens, sobre os erros e a legitimidade dos costumes, penetrando nas bases da Constituição, examinando sua estrutura e criticando seu plano geral. A questão levantada pelo autor consiste na busca pelo motivo dessas teorizações abstratas e gerais sobre a natureza das sociedades terem alcançado a multidão na forma e com o calor de uma paixão política, tornando-se o assunto cotidiano da população mais pobre e estigmatizada. Foi a situação em que se encontrava a França (instituições irregulares, tradição dos privilégios, desigualdade, miséria, fome) que fez o povo se apaixonar pelas teorias do iluminismo,

“não houve nenhum contribuinte lesado pela desigual repartição das talhas que não se animasse com a idéia de que todos os homens devem ser iguais; não houve um pequeno proprietário devastado pelos coelhos do homem-gentil seu vizinho que não gostasse de ouvir dizer que a razão condenava indistintamente todos os privilégios” (p. 145).

O papel dos intelectuais na Revolução Francesa é criticado por Tocqueville pela inexperiência dos escritores na prática política: “no afastamento quase infinito da prática em que viviam, nenhuma experiência moderava suas paixões instintivas; nada lhe anunciava os obstáculos que os fatos concretos podiam erguer contra as reformas mais desejáveis” (pág. 144). O ponto central da crítica de Tocqueville aos intelectuais

franceses está na mudança revolucionária, é voltada contra a desumanidade, a violência do regime, a sua anarquia causadora de despotismo.

Pode-se dizer que a mensagem final do Antigo Regime e a Revolução não é carregada somente da visão de um aristocrata, mas, principalmente, de um moralista, que condenou o excesso e os extremos, “foi o fanatismo da razão que transformou a Revolução, destinada a ser humana, em ódio e violência organizados” (BARBU, 1997, p. 26). A revolução mostrou que a repressão e a suspensão de todos os costumes e hábitos estáveis resulta em insegurança, fazendo os homens perderem a compreensão e a amplitude dos acontecimentos, os levando a caminhos opostos do que se tencionava. Finalizando a obra com uma alma nacionalista, o autor enfatiza que uma revolução como a de 1789 só poderia ser levantada pelo espírito francês, espírito contraditório e indócil, ora inimigo aberto de qualquer obediência, ora obedecendo com um espécie de paixão que as nações mais servis não atingem, que adora mais o acaso, a força, o êxito, o brilho e o barulho do que a própria glória.

Referências Bibliográficas:

- ARENDDT, Hannah. **Da Revolução**. Brasília: UNB, 1988.
- FURET, François. Tocqueville e o problema da Revolução Francesa. In: _____. **Pensando a Revolução Francesa**. Trad. Luiz Marques e Martha Gambini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HOBSBAWN, Erik. A Revolução Francesa. In: _____. **A Era das Revoluções 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (Coleção Pensamento Político, 13)
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. Trad. Yvanne Tean. 4 ed. Brasília: UNB, 1997.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. São Paulo: Abril, 1973. (Coleção Os Pensadores)